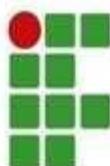


# RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ANO REFERÊNCIA: 2020



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

**RELATÓRIO  
INTEGRAL**

**AUTOAVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

Novembro, 2021



Reitoria do IFG

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Diretoria Executiva

José Carlos Barros Silva

Pró-Reitoria de Administração

Diego Silva Xavier

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Amaury França Araújo

Pró-Reitoria de Ensino

Maria Valeska Lopes Viana

Pró-Reitoria de Extensão

Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Thais Amaral e Sousa



Diretores Gerais dos Câmpus

Câmpus Águas Lindas  
Tiago Gomes de Araújo

Câmpus Anápolis  
Elza Gabriela Godinho Miranda

Câmpus Aparecida de Goiânia  
Eduardo de Carvalho Rezende

Câmpus Cidade de Goiás  
Sandro Ramos de Lima

Câmpus Formosa  
Thiago Gonçalves Dias

Câmpus Goiânia  
Adriana dos Reis Ferreira

Câmpus Goiânia Oeste  
Cleberson Pereira Arruda

Câmpus Inhumas  
Luciano dos Santos

Câmpus Itumbiara  
Marco Antônio Arantes de Freitas

Câmpus Jataí  
Mara Rúbia de Souza Rodrigues Moraes

Câmpus Luziânia  
Reinaldo de Lima Reis Júnior

Câmpus Senador Canedo  
Maria Betânia Gondim da Costa

Câmpus Uruaçu  
Andreia Alves do Prado

Câmpus Valparaíso  
Reginaldo Dias dos Santos



Equipe Comissão Central da CPA 2020/2023

Portaria nº 1796 de 23/11/2020 - Atualizada 079 de 13/01/2021.

Larissa Messias Moraes  
*Representante Docente Presidente*

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo  
*Representante Docente*

Fabício Cardoso Silva  
*Representante Docente*

Alécio Junior Mattana  
*Representante Docente*

Édipo Henrique Cremon  
*Representante Docente*

João Batista Tavares Júnior  
*Representante Docente*

Rita Cristina Holdefer  
*Representante Técnico-Administrativo*

Samuel Hilário Rodrigues  
*Representante Técnico-Administrativo*

Luciano Marçal Vicente  
*Representante Técnico-Administrativo*

César Oliveira Guimarães  
*Representante Técnico-Administrativo*

Rafaela Nunes Cirqueira Mota  
*Representante Discente*

Andreza Sousa da Silva  
*Representante Discente*

Valéria Pedro da Silva  
*Representante Discente*

Alexandre Francisco Gomes Barbosa

*Representante Discente*

Regina Lúcia de Deus  
*Representante Discente*

Frederico Carlos Wilhelms  
*Representante Discente*



Colaboradores da CPA Central ano 2020

Daniel Xavier de Sousa  
*Docente Câmpus Anápolis*

Bruno de Araújo Alves  
*Discente Câmpus Anápolis*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONSUP – Conselho Superior

CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão

CPA – Comissão Própria de Avaliação CPC – Conceito Preliminar de Curso

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

IES – Instituições de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás IGC – Índice Geral dos Cursos

UFG – Universidade Federal de Goiás IFGoiano – Instituto Federal Goiano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional PEI - Procuradoria Educacional Institucional PPE – Plano de Permanência e Êxito

PPI – Projeto Pedagógico da Instituição

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão SLAs – Subcomissões Locais de Avaliação TAE – Técnico/a Administrativo/a

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade.....	15
Tabela 2 - Avaliações internas e externas .....	17
Tabela 3 -Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP .....	18
Tabela 4 - Dimensões avaliadas pelo INEP.....	18
Tabela 5 - Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC. 21	
Tabela 6 -Composição da Comissão Local (CPA).....	24
Tabela 7 - Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2017- 2020).....	27
Tabela 8 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2019-2020.....	34
Tabela 9 - Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2020.....	35
Tabela 10 - Eixo 1, Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	38
Tabela 11 - . Eixo 2, Dimensão 1 – Função social e PDI.....	41
Tabela 12 - Eixo 2, dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (responsabilidade ambiental). .....	44
Tabela 13 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (respeito às diferenças). ....	45
Tabela 14 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (inclusão de pessoas). ....	46
Tabela 15 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico). ....	48
Tabela 16 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico). ....	51
Tabela 17 - Eixo 3, Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade.....	53
Tabela 18 - Eixo 3, Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes. ....	55
Tabela 19 - Eixo 4, Dimensão 5 – Políticas de Pessoal.....	59
Tabela 20 - Eixo 4, Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição.....	60
Tabela 21 - Eixo 5, Dimensão 7 – Infraestrutura física (dados referentes ao ano de 2019). ....	64

## Sumário

Lista de Tabelas.....	9
1. INTRODUÇÃO .....	12
1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	14
1.2 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS FORMOSA.....	15
1.3 ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES .....	17
1.3.1 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	19
1.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	21
1.4.1 ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG.....	23
1.4.2 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG....	25
1.4.3 Seminário de Autoavaliação 2020.....	27
2. METODOLOGIA .....	29
2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	29
2.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	31
2.2.1 Questionários.....	31
2.2.2 Definição da População da Pesquisa.....	32
2.3 ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES .....	32
2.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES .....	34
3. AUTOAVALIAÇÃO 2020: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	36
3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	36
3.1.1 Dimensão VIII: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional .....	36
3.1.2 Sugestões da CPA para o EIXO I - Planejamento e Avaliação Institucional.....	38
3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	40
3.2.1 Dimensão I: Função social e o plano de desenvolvimento institucional.....	40
3.2.2 Dimensão III - Responsabilidade Social: .....	42
3.2.2.1 Responsabilidade ambiental:.....	42
3.2.2.2 Respeito às diferenças: .....	44
3.2.2.3 Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas:.....	46
3.2.2.4 O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico .....	47
3.2.3 Sugestões da CPA para o EIXO II: Desenvolvimento Institucional .....	48
3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS .....	50
3.3.1 Dimensão II: A política para ensino, pesquisa e extensão .....	50
3.3.2 Dimensão IV: Comunicação com a sociedade .....	52
3.3.3 Dimensão IX: Políticas de atendimento aos estudantes .....	54
3.3.4 Sugestões da CPA para o EIXO III: Políticas Acadêmicas.....	55
3.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO.....	57
3.4.1 Dimensão V: Políticas de Pessoal .....	58

3.4.2	Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição: .....	59
3.4.3	Sugestões da CPA para o Eixo IV: Políticas de Gestão .....	61
3.5	EIXO 5: INFRAESTRUTURA.....	62
3.5.1	Dimensão VII: Infraestrutura Física:.....	63
3.5.1.1	Acessibilidade física:.....	63
3.5.1.2	Laboratórios: .....	63
3.5.1.3	Bibliotecas:.....	63
3.5.1.4	Salas de aulas: .....	63
3.5.1.5	Espaços de convivência:.....	63
	Espaços de convivência para os estudantes no IFG são: .....	64
	As áreas de convivência para os servidores no IFG são:.....	64
3.5.2	Sugestões da CPA para o Eixo V: Infraestrutura .....	65
	Laboratórios: .....	65
	Acervo da biblioteca: .....	66
	Espaços de convivência no Câmpus:.....	66
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
5.	REFERÊNCIAS:.....	69

# 1. INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional é um processo permanente de análise das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) que, junto às avaliações externas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contribui para a indução de qualidade da Instituição. Deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição,

É um importante instrumento que o IFG utiliza para o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo e foi instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação Institucional possui natureza tanto formativa quanto emancipatória. Conforme ela ocorre, a Instituição tem uma visão mais robusta a respeito das atividades e ações acadêmicas e administrativas. Este processo é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidade sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional (2021-2023), contemplando também o ano de 2020, devido às peculiaridades impostas pela pandemia de Covid-19. O referido Plano estabeleceu objetivos, métodos e prazos para o fortalecimento da cultura de autoavaliação e para elaboração do presente Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao ano de 2020. Elaborado em sua versão integral, dentre as 10 dimensões do Plano de Desenvolvimento Instrucional, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: a autoavaliação do ano 2020 aborda as seguintes dimensões:

**Dimensão I** – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

**Dimensão II** – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

**Dimensão III** – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

**Dimensão IV** – a comunicação com a sociedade;

**Dimensão V** – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do

corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

**Dimensão VI** – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

**Dimensão VII** – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

**Dimensão VIII** – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

**Dimensão IX** – políticas de atendimento aos estudantes;

**Dimensão X** – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

- Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
- Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
- Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
- Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2020, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
- Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
- Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

O Relatório de Autoavaliação visa fomentar a cultura de avaliação institucional e é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas. Além disso, busca permitir uma visão geral das atividades desenvolvidas, das condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações desenvolvidas, permitindo avaliação das metas definidas no Planejamento Institucional do IFG.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao ano de 2020, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais. A CPA do IFG reconhece que o processo de autoavaliação é muito importante e reforça que ele deve ser articulado às demais ações do IFG e de forma contínua, suas ações devem ser institucionalizadas, garantindo progresso seguro e consistente à sua trajetória.

## **1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), atualmente conta com, aproximadamente, 14 mil estudantes matriculados em seus 14 Câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

A Instituição oferece desde a educação básica, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio, à pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Na educação profissional o IFG destina 50% de suas vagas aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, inclusive, na educação de jovens e adultos, atuando também na educação profissional subsequente. Na educação superior, a Instituição oferta cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Além disso, possui programas de pós-graduação a nível de especialização e mestrado. Atendendo ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, oferta cursos de formação profissional de trabalhadores e da comunidade, de Formação Inicial e Continuada (FIC), na metodologia presencial e à distância.

Entre os dias 11 a 14 de março de 2019, o Instituto Federal de Goiás passou pelo processo de Recredenciamento Institucional perante o MEC. Neste processo, uma equipe de avaliadores externos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) visitou a Instituição com o objetivo de avaliar a capacidade institucional de continuidade da oferta de seus cursos superiores.

A equipe do Inep avaliou os eixos: Planejamento e avaliação institucional (eixo 1), Desenvolvimento institucional (eixo 2), Políticas acadêmicas (eixo 3), Políticas de gestão (eixo 4) e Infraestrutura física (eixo 5). A avaliação é feita por meio de conceitos, para cada eixo, em que 1

= inexistente, 2 = insuficiente, 3 = suficiente, 4 = bom/muito bom e 5 = excelente. O IFG obteve Conceito Final igual a 4, sendo que, na Dimensão 1 = 4, Dimensão 2 = 4, Dimensão 3 = 5, Dimensão 4 = 4, Dimensão 5 = 4, Dimensão 6 = 4, Dimensão 7 = 4, Dimensão 8 = 4, Dimensão 9 = 3 e Dimensão 10 = 3.

Os avaliadores levaram em consideração os documentos postados no sistema e-MEC, os documentos disponibilizados pelo IFG, os documentos consultados “*in loco*” e as reuniões realizadas com a comunidade acadêmica. O Conceito Final atribuído na avaliação do Instituto Federal de Goiás é considerado "Bom/Muito Bom" demonstrando a capacidade da Instituição na oferta de cursos superiores de qualidade.

O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos Câmpus e modalidades:

A tabela 1 sintetiza o número de estudantes do IFG em seus 14 Câmpus, em 15/09/2021:

*Tabela 1 - Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade.*

<b>MODALIDADE</b>	<b>Soma de Total de Matrículas</b>
Bacharelado	4.384
Especialização	489
Integrado - EJA	2.022
Integrado - Em Tempo Integral	3.243
Integrado - Em Tempo Parcial	822
Licenciatura	3.266
Mestrado Profissional	160
Subsequente	682
Tecnólogo	543
<b>Total Geral</b>	<b>15.591</b>

Fonte: Visão IFG. Acesso em: 15/09/2021

## **1.2 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS FORMOSA**

O Câmpus Formosa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é resultado do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica iniciado em 2006.

Começou suas atividades em 21 de junho de 2010, recebendo 180 estudantes para cursos do ensino médio técnico, subsequente, PROEJA e de graduação. A Portaria de Autorização de Funcionamento, nº 1.170, foi publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2010. Contudo, a solenidade de inauguração se deu meses depois, em 29 de novembro do mesmo ano, pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Os cursos instituídos em 2010 foram escolhidos com base no Relatório de Estudo e Pesquisa, do Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, que apontou os eixos de Informação e Comunicação, Infraestrutura, Meio Ambiente e licenciatura em Ciências Biológicas e Física como os mais indicados para o câmpus.

As aulas para as primeiras turmas tiveram início em junho de 2010, quando foram abertos os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Informática para Internet, Controle Ambiental e Edificações, e o de Educação para Jovens e Adultos (EJA) em Manutenção e Suporte em Informática. Ao mesmo tempo, também foram implantados o curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas e o curso Técnico Subsequente em Edificações.

Com os anos, o panorama de cursos sofreu modificações e o quadro de alunos também. Hoje temos aproximadamente 1000 alunos, frequentando os cursos de ensino médio técnico integrado em tempo integral regular, cursos na modalidade EJA, cursos de graduação, de extensão e de educação à distância.

Atualmente o Câmpus Formosa do IFG oferece as seguintes modalidades de cursos: técnicos integrados em que o aluno cursa, simultaneamente, o Ensino Médio e uma habilitação técnica, Técnico Integrado na modalidade (EJA) Educação de Jovens e Adultos, que consta de uma habilitação técnica para Ensino Médio completo, e quatro cursos superiores de graduação: Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Sociais e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com a missão de formar um profissional-cidadão, o IFG – Câmpus Formosa trabalha com a perspectiva da formação integral de seus alunos, procurando oferecer, além de um sólido conhecimento na área tecnológica, uma formação humanística e reflexiva. Em 2018, o Câmpus Formosa ofertou 30 vagas para cada um dos quatro cursos superiores do Câmpus (Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Ciências Sociais e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas), sendo 24 vagas preenchidas via ENEM e 6 vagas

preenchidas via SISU.

### 1.3 ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES estão submetidas e o papel das CPAs nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

*Tabela 2 - Avaliações internas e externas*

<b>Avaliações Externas</b>	<b>Indicadores de Qualidade</b>	<b>Avaliações internas</b>
<b>Avaliações <i>in loco</i></b> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - <b>ENADE</b>	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA
	Conceito Preliminar de Curso ( <b>CPC</b> ), gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	Índice Geral dos Cursos - <b>IGC</b> , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

### 1.3. AVALIAÇÃO *IN LOCO*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por cursos

ofertados, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP<sup>1</sup>, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

*Tabela 3 -Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP*

<b>EIXOS</b>	<b>DIMENSÕES</b>
<b>Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional</b>	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
<b>Eixo II - Desenvolvimento Institucional</b>	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.
<b>Eixo III – Políticas Acadêmicas</b>	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Estudantes) do SINAES.
<b>Eixo IV – Políticas de Gestão</b>	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
<b>Eixo V – Infraestrutura Física</b>	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP<sup>2</sup>, deverão ser avaliadas três dimensões:

*Tabela 4 - Dimensões avaliadas pelo INEP*

<b>Dimensão 1</b>	Organização Didático-Pedagógica
<b>Dimensão 2</b>	Corpo docente e tutorial
<b>Dimensão 3</b>	Infraestrutura

<sup>1</sup> O presente Relatório se baseou no Instrumento de Avaliação Institucional, versão de 2017, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_recredenciamento\\_o.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento_o.pdf)

<sup>2</sup> Em outubro de 2017 o INEP publicou a última versão do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf).

### **1.3.1 AVALIAÇÕES IN LOCO – RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES DO IFG**

O reconhecimento e recadastramento dos cursos superiores do IFG é realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O processo de reconhecimento/recadastramento é executado seguindo um fluxo processual que abrange diversas etapas, sendo a avaliação *in loco* uma delas.

O instrumento utilizado para realizar a avaliação dos cursos é confeccionado pelo Inep com base nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos do MEC, abrangendo três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso – PPC. No final do processo de avaliação a comissão de avaliadores elaboram um relatório apresentando as informações relacionadas à realidade encontrada durante a visita, gerando assim o Conceito de Curso - CC.

O Conceito de Curso é graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para determinar o CC considera pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação, sendo: dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) tem peso 30; a dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial) tem peso 40, e a dimensão 3 (Infraestrutura) tem peso 30.

### **1.3.1 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

#### **ENADE:**

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um procedimento de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidade de competências adquiridas em sua formação. O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme a Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Republicada em 31 de agosto de 2018. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

A principal legislação que rege o ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o SINAES:

Art. 5o A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação

será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Curso de capacitação 2014 21

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

#### **CPC e IGC:**

Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade, CPC e IGC, e avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

## Indicadores de qualidade do IFG

Os indicadores de qualidade dos cursos, ENADE e CPC garantem a visibilidade e transparência da Instituição com a sociedade, além de subsidiar a matriz orçamentária utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) para alocação de recurso. A tabela abaixo apresenta estes dois indicadores de qualidade no IFG.

*Tabela 5 - Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC.*

NOTA	ENADE		CPC	
	Quant. de cursos	Proporção	Quant. de cursos	Proporção
2	6	17%	0	0%
3	18	50%	18	58%
4	10	28%	10	42%
5	2	6%	0	0%

Fonte: site do e-Mec. Acesso em: 08/03/2021.

## 1.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004)

<sup>3</sup>Um curso não apresentou CPC (curso que não tiver pelo menos dois estudantes concluintes participantes não têm seu CPC calculado), ficando Sem Conceito (SC).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC<sup>4</sup> é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2019 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2020 – 2º relatório parcial<sup>4</sup>
- até 31 de março de 2021 – relatório integral.

O presente Relatório, referente ao ano de 2020, foi entregue a Procuradoria Educacional Institucional (PEI) em maio de 2020, para a postagem no e-Mec, em sua versão INTEGRAL.

---

<sup>4</sup>e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

<sup>5</sup>Em 2020 o prazo estabelecido de 31 de março para a postagem do relatório no Sistema e-Mec não foi considerado, levando em conta as medidas que foram adotadas em relação ao enfrentamento ao Corona vírus (COVID-19), em razão das providências tomadas por diferentes Entes Federativos para interrupção de atividades, incluindo-se o funcionamento de Instituições de Ensino. Um novo prazo seria definido à medida que fosse possível o retorno das atividades.

### **1.4.1 ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG**

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo e discentes. A Comissão Central ainda conta com a participação de representantes da sociedade civil, referendados pelo Conselho Superior, e na nova Resolução (Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019) também está previsto a participação da sociedade civil nas Comissões de Avaliação dos Câmpus, que serão indicados pelo Concâmpus.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores.

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;
- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;

- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.

A tabela 6 - apresenta a composição da Comissão Local do Câmpus Formosa.

*Tabela 6 -Composição da Comissão Local (CPA)*

Câmpus	REPRESENTANTES POR SEGMENTO			Portaria
	Docente	TAE	Discente	
Formosa	- Murilo Teles Domingues - Bruno Abnner Lourenzatto Silveira	- Rodrigo dos Santos Fernandes de Sousa - Marcos Gomes Araújo	- Kerollyn Ribeiro Fernandes - Thalía Gabrielle Ferreira de Jesus	Nº 1.328, de 20/08/2021

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019 as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;
- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação nos Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;
- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;

- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;

Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

## 1.4.2 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

Implantada em 2004, a comissão própria de avaliação (CPA) vem passando por processos evolutivos, como pode ser observado na linha do tempo a seguir.



Linha do tempo demonstrando a evolução e consolidação do processo de autoavaliação do IFG.

Observa-se que o Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que ele define metodologias, processos, critérios e a avaliação dos mesmos na etapa da meta-avaliação. Deste modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

As etapas previstas no Plano para 2019 foram cumpridas. No III Seminário de Autoavaliação Institucional foi reservado um período para discussão entre a CPA Central e as Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus para a meta-avaliação do processo e sobre a

proposta de alteração do Regimento da CPA. O III Seminário teve por finalidade contribuir para o fortalecimento do processo de autoavaliação e do planejamento do IFG a partir do compartilhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação institucional. O Seminário anual é um momento de refletirmos sobre o trabalho a ser desenvolvido pela CPA, tanto nas autoavaliações quanto nas avaliações externas às quais o IFG está submetido, bem como, buscar o envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o PDI e a autoavaliação institucional. O PDI é um documento essencial que delinea as diretrizes e o planejamento institucional durante cinco anos, em que é estabelecido metas e indicadores e deve estar relacionado e articulado à Autoavaliação Institucional.

No contexto de consolidação do Processo Avaliativo na Instituição a sensibilização da comunidade, apontado como um ponto a ser melhorado, mereceu destaque na etapa de planejamento da avaliação 2018. Deste modo, consolidou-se a estratégia de publicar notícias de divulgação do questionário de autoavaliação nos canais de comunicação com a comunidade interna: e-mail, boletim de serviço e site institucional. Além disso, foi disponibilizado no Sistema Q-Acadêmico o link do questionário. As Comissões Locais sensibilizaram a comunidade discente, docente e técnica-administrativa em reuniões institucionais e nas salas de aula. Além disso, foram afixados nos Câmpus e na Reitoria *QR Codes* que permitiam o acesso ao questionário através de dispositivos móveis. Tais medidas foram fundamentais para um incremento de 57% no total de respostas ao questionário em relação à autoavaliação de 2017.

No Seminário, a CPA Central e as Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus apresentaram elogios, críticas e sugestões a respeito das estratégias e metodologias adotadas no processo avaliativo de 2019. Dentre os aspectos levantados os que influenciaram o planejamento do processo de autoavaliação em 2019 está a ampliação da participação de comunidade acadêmica, para isto foi criada uma Plataforma (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>), em que a qualquer momento após a consolidação do processos dados da Autoavaliação podem ser acessados de forma dinâmica por toda a comunidade.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, houve queda em todos os segmentos, tanto devido ao curto tempo que a atual gestão da CPA teve da sua posse até a data prevista de entrega do relatório (de 23 de novembro de 2020 a 31 de março de 2021), quanto pelo pouco prazo que o formulário teve para ser respondido pela demanda do tempo (três semanas) e pelas dificuldades inerentes de divulgação e sensibilização da comunidade no formato de ensino e trabalho remoto. Assim, em 2020 a queda no total foi de 45% (Tabela 2).

Tabela 7 - Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2017- 2020).

Segmento	Ano				Evolução em relação a 2020
	2017	2018	2019	2020	
Docentes	587	933	786	460	<b>-41%</b>
Discentes	1226	2362	1599	733	<b>-54%</b>
TAEs	284	406	330	297	<b>-10%</b>
<b>Total</b>	<b>2097</b>	<b>3701</b>	<b>2715</b>	<b>1490</b>	<b>-45%</b>

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 - 2019 e Pesquisa de Autoavaliação Institucional 2020.

A plataforma desenvolvida em 2019 pelo Professor Daniel Xavier de Sousa da área de Aprendizagem de Máquina do Câmpus Anápolis e o orientando Bruno Araújo Alves teve como finalidade a demonstração dos resultados da Pesquisa de Autoavaliação à comunidade interna, externa e avaliadores do MEC/INEP de forma mais rápida, bem como, de facilitar a elaboração dos Relatórios de Autoavaliação pela Comissão Central e Locais da CPA. Essa ferramenta para coleta da pesquisa e demonstração dos resultados tornou o processo de autoavaliação mais dinâmico.

Além do desenvolvimento desta importante ferramenta, a CPA produziu no referido ano, um Relatório de Autoavaliação com os seguintes avanços:

- Autoavaliação prevista no PDI como uma importante ferramenta para gestão;
- Apresentação dos resultados do ENADE e CPC;
- Apresentação e análise dos resultados das avaliações *in loco* dos cursos de Graduação.

### 1.4.3 Seminário de Autoavaliação 2020

No ano de 2020 o seminário de autoavaliação, conforme definido no Plano de Autoavaliação Institucional, não foi realizado.

A não realização do seminário de autoavaliação se deu devido a:

- A entrega do relatório 2020 foi adiada por conta da suspensão das atividades nas instituições federais de ensino no início da pandemia do Covid-19.
- Várias comissões tiveram seu período de atuação expirado, havendo necessidade de

fazer nova composição e/ou prorrogação de mandato.

- A prorrogação do mandato e atraso na composição das novas comissões, devido a restrição social, provocaram o esvaziamento das mesmas.
- Algumas comissões somente foram reestruturadas e nomeadas no fim do ano de 2020, como foi o caso da comissão central da CPA.

Após ser nomeada pelas portarias nº 1.796 de 23/12/2020 e nº 79 de 13/01/2021, os membros da comissão central se reuniram e verificou que não haveria tempo hábil para realizar o seminário de autoavaliação 2020, deliberando as seguintes ações para a construção do relatório de autoavaliação referente ao ano de 2020:

- Criação do questionário a ser aplicado na coleta de informações para construção do relatório de autoavaliação 2020.
- Aplicação do questionário elaborado.
- Avaliação dos dados coletados e confecção do relatório.

## 2. METODOLOGIA

### De onde partimos: Meta-Avaliação 2019

A CPA elaborou um questionário com base nos questionários dos anos anteriores com a finalidade de deixá-lo mais sucinto e objetivo.

O presente relatório busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem são apresentados o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidades de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

Nas seções que seguem apresenta-se o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Descreve-se ainda os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

### 2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2019) a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utilizou para divulgar o questionário para todos os segmentos uma plataforma web (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/QthDtt4r>). O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 05 (cinco) eixos e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

#### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

## **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

## **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.

## **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

## **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

## 2.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou diversos métodos e fontes utilizando como instrumentos: consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA que contém dados quantitativos e qualitativos. Foram aplicados três questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente e técnico-administrativo/a. E também foram utilizados dados fornecidos por Pró-Reitorias, e outros departamentos. Vale ressaltar que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página da CPA (<http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>).

### 2.2.1 Questionários

Foram aplicados questionários para os três segmentos acadêmicos: discentes, docentes e técnicos-administrativos lotados nos 14 Câmpus da Instituição e um questionário específico para servidores da Reitoria. Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos e qualitativos, sobre os aspectos avaliados. Porém, em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente e estudantil. Para a coleta de dados foi utilizada uma plataforma web, desenvolvida por meio de um projeto de ensino, que permite a aplicação de questionários *on-line*, gerando os gráficos e as porcentagens do total de respostas e por segmentos. Os questionários abordaram de forma concisa e objetiva o “Desenvolvimento Institucional” e “Políticas de Gestão”, tendo em vista eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário. Sobre a “Infraestrutura” optou-se por utilizar os dados de 2019, último relatório da CPA, tendo em vista a pouca utilização da infraestrutura do IFG devido a pandemia da COVID-19.

A consulta foi realizada no período de 02 a 21 de fevereiro de 2021. Foram utilizados diferentes meios para a divulgação do processo avaliativo como links de acesso divulgados na página eletrônica da Instituição, *e-mail* institucional, boletins de notícias e redes sociais.

Destacamos que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, houve um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover adesão ao processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

O questionário de 2020 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes dimensões dos eixos avaliados. As opções de respostas variaram de “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

## **2.2.2 Definição da População da Pesquisa**

A população considerada dessa pesquisa foi composta pelos quatro segmentos (discentes de cursos superiores, docentes, técnicos/as administrativos/a dos Câmpus e da Reitoria). Um dos maiores desafios da CPA no processo de autoavaliação é envolver todos segmentos e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade uma vez que não há obrigatoriedade em responder o questionário. Deste modo, espera-se com base na pesquisa de 2019 uma amostra constituída por 20% do segmento de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação, 70% do segmento docente e 37% do segmento TAE. Considerando somente os questionários respondidos de forma completa.

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018);
- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Relatórios de Pró-Reitorias, e outros departamentos.

## **2.3 ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES**

Em razão das mudanças no questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais sofreu uma ligeira mudança, retornando a metodologia utilizada em 2017, uma vez que as perguntas do questionário de autoavaliação ano referência 2018 não buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, mas verificou o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram "SIM" ou "NÃO". Esta foi a alternativa encontrada para responder às críticas ao questionário de 2017 para, a partir de 2018 torná-lo menos denso, complexo e cansativo.

Tal metodologia com possibilidade de respostas com somente "SIM" ou "NÃO", embora tenha simplificado o questionário em sua construção, demonstrou fragilidades significativas na construção de algumas perguntas que foram inseridas no questionário com somente opção de

resposta em "SIM" ou "NÃO", mas que caberia outras respostas.

Na autoavaliação de 2020 a CPA adotou a mesma metodologia empregada em 2019, a qual considera perguntas com cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa CPA local também buscou fazer referência na análise quando a resposta “Não sei” se mostrava expressiva. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

**MANTER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

**DESENVOLVER:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

**MELHORAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

**SANAR:** quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

## 2.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: ações de divulgação do questionário ou ‘Sensibilização da Comunidade’, e elaboração do Relatório de Autoavaliação Locais e Institucional de 2020/2019. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) cumpriram os seguintes cronogramas:

*Tabela 8 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2019-2020*

<b>Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
<b>Divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional de 2019</b>	Apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional nas Semanas de Planejamento do primeiro e segundo semestres.	Comissões locais	De fevereiro a março de 2020.
<b>Divulgação do Relatório de autoavaliação institucional 2019</b>	Divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais.	CPA e Comunicação Social do IFG.	De fevereiro a abril de 2020.
<b>Meta-avaliação do processo de avaliação de 2020</b>	Identificação das fragilidades, pontos fortes e desafios a serem superados no processo de avaliação em 2020.	CPA	De dezembro de 2020
<b>Reunião Técnica entre a CPA e Comissões Locais</b>	Aproximação da CPA com as Comissões Locais; ênfase sobre a importância da autoavaliação institucional na regulação da educação superior; discussão do Processo de Autoavaliação Institucional de 2020 e contribuição com o fortalecimento do processo de autoavaliação nos Câmpus.	CPA e Comissões Locais	Janeiro de 2020

<b>Envolvimento dos membros da CPA (central e locais), de forma contínua e efetiva.</b>	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração ocorreu por meio de reuniões (presenciais e por webconferência), e-mails, telefonemas, memorandos, entre outros.	CPA e Comissões Locais em seus respectivos âmbitos de atuação.	Ação permanente
<b>Divulgação do Questionário de autoavaliação institucional 2020</b>	Divulgação do Questionário de Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais.	CPA e Comunicação Social do IFG.	Fevereiro de 2021

*Tabela 9 - Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2020.*

<b>Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
<b>Elaboração questionário de autoavaliação 2020</b>	Reelaboração e revisão do questionário de Autoavaliação Institucional.	Reelaboração do questionário de Autoavaliação institucional.	De 14 de dezembro de 2020 a 18 de janeiro de 2021.
<b>Disponibilização dos questionários</b>	Mobilização da comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório.	CPA	02 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2021
<b>Envio dos dados as Comissões Locais</b>	Encaminhamento dos resultados da pesquisa de autoavaliação às Comissões Locais pela CPA Central.	CPA	08 de março de 2021.
<b>Consolidação do Relatório de Autoavaliação Institucional (Geral)</b>	Processo de elaboração e escrita do Relatório de Autoavaliação Institucional, ano referência, 2020.	CPA	março de 2021.
<b>Postagem no e-MEC</b>	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no e-Mec.	CPA	março de 2021.
<b>Relatório de Autoavaliação dos Câmpus</b>	Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação Institucional dos Câmpus para a Comissão Central.	Comissões Locais	novembro de 2021

### **3. AUTOAVALIAÇÃO 2020: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

1. Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de auto avaliação e seu fundamento no PDI, na legislação e em documentos orientadores do MEC/INEP. Análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pelo indicador da CPA

2. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.

3. Indicação de sugestões da CPA que foram consideradas pela Instituição.

Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “BOM e ÓTIMO” assinalados pelos respondentes.

#### **3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Eixo “Planejamento e Avaliação Institucional” é composto pela dimensão VIII: “Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional”. Para essa dimensão a CPA buscou elaborar questões que avaliassem os aspectos pertinentes de maneira geral.

##### **3.1.1 Dimensão VIII: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional**

O primeiro aspecto avaliado na Dimensão VIII foi a respeito da divulgação do planejamento anual no câmpus dos participantes. A somatória de respostas “Ótimo” e “Bom” foi de 71,9%, o que corresponde a faixa “Desenvolver”.

O segundo aspecto analisado foi a participação na elaboração do planejamento anual do Câmpus, e este tópico não alcançou requisitos mínimos de qualidade, tendo assinalado 36,4% e indicação para “Melhorar” no âmbito dos docentes e servidores técnicos do câmpus.

O terceiro aspecto analisado, acerca do conhecimento sobre os resultados do último processo de auto avaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), talvez seja uma das perguntas mais importantes para a própria Comissão, uma vez que identifica se o propósito de divulgação dos dados do questionário para a comunidade foi alcançado.

Entre os docentes, servidores técnicos e discentes do câmpus, esse aspecto recebeu o somatório de 50,0% de respostas entre “ótimo” e “bom”, valor esse que está dentro da faixa “Melhorar”. Analisando por segmento, o de docente obteve o somatório 26,9%, valor bastante próximo do limiar “Sanar”, o de técnicos e estudantes obtiveram 44,4% e 60%, que ficam dentro dos limiares “Melhorar” e “Desenvolver”, respectivamente.

Vale observar também o representativo número de respostas “não sei” entre os participantes: 34,6% entre os docentes, 20,0% entre os estudantes e 22,2% entre os técnicos-administrativos.

Tabela 10 - Eixo 1, Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional																					
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação Institucional																					
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A divulgação do planejamento anual do seu Campus é:	34,6 %	30,8 %	26,9 %	0,0 %	0,0 %	7,7 %	Desenvolver	25,7 %	48,6 %	17,1 %	2,9 %	0,0 %	5,7 %	Desenvolver	44,4 %	27,8 %	22,2 %	5,6 %	0,0 %	0,0 %	Desenvolver
A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:	7,7 %	26,9 %	38,5 %	7,7 %	0,0 %	19,2 %	Melhorar								5,6 %	33,3 %	27,8 %	11,1 %	5,6 %	16,7 %	Melhorar
O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:	15,4 %	11,5 %	26,9 %	7,7 %	3,8 %	34,6 %	Melhorar	10,0 %	50,0 %	12,9 %	2,9 %	4,3 %	20,0 %	Desenvolver	5,6 %	38,9 %	11,1 %	16,7 %	5,6 %	22,2 %	Melhorar

### 3.1.2 Sugestões da CPA para o EIXO I - Planejamento e Avaliação Institucional

Os dados indicam que a divulgação do planejamento anual no câmpus permanece com avaliação positiva de 2018 para 2020, quando o Eixo 1 foi analisado pela última vez. No ano de 2020 novamente todas as categorias indicaram "Desenvolver". Todavia, a respeito da participação efetiva no processo de elaboração do planejamento anual, o relatório indica mais atenção com a comunidade dos servidores docentes e técnico-administrativos dos câmpus, que indicaram “melhorar” neste ponto.

Neste sentido, seguindo a proposta do PDI, que sugere que o Planejamento Anual seja um momento de construção coletiva com a comunidade de cada câmpus, a CPA sugere:

- Para melhorar a demanda de maior participação dos servidores técnicos neste processo, que os momentos de diálogo e sugestões aconteçam simultaneamente às reuniões de planejamento pedagógico e alcancem os diferentes

departamentos de serviços administrativos.

- Sugere-se a criação de um meio de comunicação da comunidade acadêmica com a gestão, para que a definição da pauta das reuniões de planejamento considere sugestões de todos e seja construída de maneira horizontal.
- Sugere-se que os documentos que subsidiarão o planejamento (Relatórios setoriais, relatório da SLA, publicações, cronogramas, atas e resoluções) sejam compartilhados com antecedência com a comunidade.
- Após a consolidação do documento, que haja a sistematização do Planejamento de forma sucinta para a disponibilização para a comunidade, apresentando um cronograma de ações, bem como previsões financeiras e os setores responsáveis por cada ação.

Destacamos ainda que o processo de autoavaliação institucional é de suma importância para orientar as propostas e sugestões a serem levantadas no planejamento institucional de cada ano. Neste sentido, a CPA sugere:

- Ampliação do processo de divulgação interna dos relatórios nas reuniões de Planejamento Pedagógico e nas reuniões administrativas, bem como nas circunstâncias de diálogo com os estudantes, como palestras, assembleias e semanas formativas.
- Além disso, propomos também que seja impulsionado o alcance das divulgações que são feitas via e-mail, site institucional e redes sociais.
- Divulgar o Relatório por meio de QR Codes distribuídos em todo Câmpus.
- Trabalhar junto com a comunicação social do IFG na formulação de peças e vídeos que divulguem o resultado de autoavaliação institucional à comunidade.

Ressaltamos que muitas medidas já foram encaminhadas, principalmente pela Comunicação Social do IFG junto às assessorias de comunicação dos câmpus, e que tais iniciativas fizeram a diferença, principalmente no ano de 2020, em que a interação da comunidade com a instituição esteve limitada aos meios virtuais. Iniciativas como divulgações pontuais dos resultados da CPA e formulários online para a participação da comunidade nas deliberações dos câmpus, foram uma realidade no ano que se passou, que indicam ao IFG novas formas de pensar, criar e de fortalecer o contato com os diferentes segmentos de sua comunidade.

## **3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

O Eixo "Desenvolvimento Institucional" é composto por duas dimensões: Dimensão I: "Função social e o plano de desenvolvimento institucional" e Dimensão III: "Responsabilidade Social".

### **3.2.1 Dimensão I: Função social e o plano de desenvolvimento institucional.**

O primeiro aspecto avaliado do eixo "Função Social e PDI" foi a percepção da comunidade acadêmica a respeito do conhecimento sobre a função social do Instituto Federal de Goiás. O PDI 2019-2023 faz um retrospecto da ideia de "função social" da Instituição a partir da criação da escola de aprendizes e artífices até a promulgação da Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFG. A função social do IFG é definida no item 1.2 do PDI, e apresentada como um desdobramento e ampliação da função dos Institutos Federais definida na referida lei.

A seguir apresentamos ao leitor um trecho da função social do IFG estabelecida no PDI 2019-2023:

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás é a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. (p. 13).

Portanto, avaliar o conhecimento da comunidade sobre a função social do IFG é um ponto de suma importância para a auto avaliação institucional. Nesse quesito, os dados satisfatoriamente mostraram que a indicação sobre este ponto é “Manter”, com 86,8% de respondentes que consideraram que essa questão atende aos requisitos de qualidade, e que as ações referentes a este ponto estão correndo bem e devem ser mantidas.

Dentre os resultados por categoria, podemos destacar que entre todos os segmentos o número de respostas positivas foi muito expressivo, com um total de 92,3% de respostas positivas (bom ou ótimo) entre os docentes; e 94,4% entre os servidores técnicos. Entre os estudantes a indicação também foi “Manter”, com 82,9% de respostas positivas. No ano de 2019, o último em que esta dimensão foi explorada em questionário, a indicação geral era de “Desenvolver”, com 64,8% das avaliações. Percebe-se, portanto, que o aumento expressivo de 64,8% para 86,8%, em 2020, denota o que pode ser considerado

um resultado realmente satisfatório do trabalho das equipes do IFG a respeito do desenvolvimento da nossa instituição.

O segundo aspecto avaliado por essa dimensão é o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). O PDI em questão foi elaborado após um longo processo de revisão coletiva, onde toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) foi convidada a participar, pensando e construindo conjuntamente propostas para os quatro eixos: Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão.

A esse respeito, os dados indicam a sugestão “Desenvolver”, com o somatório de 51,8% das respostas positivas (bom ou ótimo). Neste número, os docentes foram os que apontaram maior satisfação com seu nível de conhecimento sobre o PDI, com 53,8% de respostas positivas. Entre os estudantes a quantidade de respostas para positivas (bom ou ótimo) foi de 52,9%, e para os servidores técnicos do câmpus Formosa foi 55,3%.

No ano de 2019 a indicação para esse ponto foi "melhorar", com índice geral de 29,1% de aprovação. Mais uma vez houve aumento e mudança de indicação de um ano para outro, demonstrando que, apesar de a instituição não ter conseguido atingir o padrão de qualidade exigido, ainda assim essa questão foi atendida na necessidade de receber atenção e medidas pontuais mais efetivas.

*Tabela 11 - . Eixo 2, Dimensão 1 – Função social e PDI*

<b>Eixo 2: Desenvolvimento Institucional</b>																					
<b>Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional</b>																					
	Docente							Discente							Técnicos-Administrativos						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:	42,3 0%	50%	7,70 %	0,0 %	0,0 %	0 %	Manter	27,1 0%	55,7 0%	4,3 0%	5,70 %	4,30 %	2,90 %	Manter	16,7 %	77,8 0%	5,6 0%	0,0 %	0,0 %	0,0 %	Manter
O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) é:	15,4 0%	38,5 0%	19,2 0%	23,1 %	0,0 %	3,80 %	Desenvolver	11,4 0%	41,4 0%	22,9 0%	7,10 %	5,70 %	11,4 0%	Desenvolver	5,60 %	38,9 %	27,8 %	22, 2%	0,0 %	5,60 %	Melhorar

### **3.2.2 Dimensão III - Responsabilidade Social:**

A responsabilidade social é uma das dimensões elencadas na Lei do SINAES (Lei 10.861/2004) como obrigatória para compor a avaliação das instituições de ensino superior. O documento considera responsabilidade social como: "especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;" (Art. 3º, inciso III)

No PDI do IFG os aspectos da responsabilidade social acima mencionados e outros, perpassam grande parte dos objetivos e metas postuladas no documento. A seguir apresentamos alguns dos aspectos que se compreende como "responsabilidade social" pela Lei do SINAES, que estão presentes no PDI e foram abordados na pesquisa de autoavaliação institucional 2019:

#### **3.2.2.1 Responsabilidade ambiental:**

O PDI aborda a responsabilidade ambiental na forma de promoção da sustentabilidade ambiental nos diferentes campos de atuação da Instituição. Na definição da atuação acadêmica no campo da pesquisa e pós-graduação o PDI traz que ela será orientada por parâmetros de: "promoção do desenvolvimento socioeconômico socialmente sustentável" (p.31). Ao estabelecer como meta a criação do Centro de Inovação Tecnológica (CITE/IFG), o documento coloca como objetivo do CITE a efetivação de ações que promovam a inovação e proteção da propriedade intelectual no IFG sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e ambiental do País" (p.35). Além disso, estabelece como objetivo a valorização e incentivo da realização de pesquisas "notadamente as voltadas para a preservação do meio ambiente" (p.35), entre outros.

Na atuação acadêmica no campo da Extensão e nas Políticas de Extensão o contexto socioambiental é reiteradamente lembrado para proposição das ações de sua competência, segundo definição do documento: "extensão, portanto, compõe a formação integral dos educandos, em sintonia com as realidades regionais e as políticas públicas de desenvolvimento social, econômico, artístico, cultural e ambiental." (p.136). O desenvolvimento ambiental, dentre outros, de maneira sustentável está colocado como objetivo da extensão no IFG (p. 137); bem como, as diretrizes das ações de extensão orientam para o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento ambiental na formação de cidadãos (p. 138). Nas ações de extensão para serem realizadas

ao longo da vigência do PDI uma das metas é a garantia de uma linha temática denominada "meio ambiente" nos editais de extensão. Na definição das atividades de extensão a serem desenvolvidas prioritariamente temos de forma explícita a preocupação com o desenvolvimento de programas com ações de médio e longo prazo que contemplem as questões ambientais no item 6.3 *alínea b* (p.139).

Na atuação acadêmica no campo do Ensino, a questão ambiental aparece nas Diretrizes Curriculares para a Educação Técnica de Nível Médio como obrigatoriedade no currículo dos cursos, conforme Resolução CNE/2012 e LDB (Lei 9394/96). O documento menciona que a formação de um cidadão ambientalmente responsável também é requisito legal do perfil do egresso nos cursos de graduação.

Nas ações relacionadas ao campo do Ensino durante a vigência do PDI temos a perspectiva de inclusão no calendário institucional da Semana Nacional do Meio Ambiente. Nas metas da Instituição como um todo, a meta 25 estabelece:

25. criação de um **Comitê de Sustentabilidade** em todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que vise à propositura de ações voltadas para os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) e que proponha ações de reaproveitamento de água e resíduos, além de ações que busquem o uso racional de energia, durante a vigência do PDI 2019/2023;

Diante do exposto, por estar de forma explícita e transversal nas diretrizes, metas e objetivo estabelecidos no PDI, a CPA decidiu por elaborar uma pergunta geral que permitisse abarcar a percepção dos participantes acerca das ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, que são voltadas para a preservação do meio ambiente. Como resultado, o tópico recebeu a indicação de “Desenvolver”, com 71,7% de respostas bom ou ótimo. Pelos dados se percebe que os mais impactados e que melhor percebem as medidas de sustentabilidade ambiental adotadas no IFG câmpus Formosa são os estudantes, que tiveram o total de 82,9% de respostas positivas, seguidos pelos servidores técnicos do câmpus, com 55,6% e por último os servidores docentes, com 50,0%.

Tabela 12 - Eixo 2, dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (responsabilidade ambiental).

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional																					
Dimensão 3: A responsabilidade ambiental																					
Docente							Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:	26,90%	23,10%	30,80%	11,5%	0,0%	7,70%	Melhorar	28,60%	54,30%	8,60%	0,0%	2,90%	5,70%	Manter	22,2%	33,30%	27,80%	0,00%	0,00%	16,70%	Desenvolver

### 3.2.2.2 Respeito às diferenças:

Outro aspecto avaliado que buscou compreender a percepção da comunidade acerca da responsabilidade social da Instituição foi o respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG. Conforme o PDI vigente do IFG as questões identitárias serão abordadas enquanto objetivo da Instituição:

efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades; (PDI 2019-2023, p. 15).

Ao longo do PDI as questões identitárias são tratadas de forma conjunta, como por exemplo na meta 14, que estabelece a criação de programas institucionais para auxílio e atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, de diferentes contextos sociais e culturais e para promoção de plena igualdade de gênero.

Das prioridades institucionais as ações referentes ao respeito às diferenças são abordadas no campo do ensino com o compromisso de consolidar a Comissão de Promoção de Políticas para Igualdade Racial (CPPIR) e o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas e criar "comissões permanentes que garantam a promoção da plena igualdade nas relações de gênero e da proteção da livre manifestação de orientação sexual" (p. 26). O PDI também estabelece a obrigatoriedade de, em cada campus, se realizar ao menos um evento sobre "temas voltados à inclusão social, à igualdade étnico-racial, de gênero e à sustentabilidade" (p. 46). A promoção de ações de capacitação com o foco nas questões sobre diversidade para Ouvidoria da Instituição para que se possa criar indicadores institucionais é previsto nas ações prioritárias de

Gestão de Pessoas.

Ainda sobre a gestão de pessoas e o respeito às diferenças, o PDI busca garantir que a CPPIR acompanhe e auxilie em processos de seleção de servidores (p.57). As orientações para política de comunicação também apresentam um olhar para a diversidade e inclusão (p.98). Assim como no PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional) traz em seus princípios o respeito às diversidades e tem em seus parâmetros: "promoção de políticas institucionais orientadas pela busca de uma sociedade não discriminatória, igualitária e justa, de modo a valorizar a diversidade étnico-racial, social e cultural, e a promover a igualdade de condições às pessoas portadoras de necessidades educacionais específicas, a igualdade de gênero e a livre orientação sexual" (p. 110).

A este respeito, a pesquisa de autoavaliação indicou que o IFG câmpus Formosa tem adotado medidas que atendem aos requisitos de qualidade esperados pela comunidade, com 82,5% de respostas positivas e a indicação de “manter”. O maior número de respostas positivas foi entre os estudantes, com 87,1%, seguidos de perto pelos docentes, com 84,6%. Já entre os técnicos administrativos tivemos o indicador “desenvolver”, com 61,1% de respostas ótimo e bom. De qualquer forma, o respeito e a valorização da diversidade, pelo que pode ser percebido, não fica apenas no texto do PDI ou no âmbito das sugestões, alcançando também a realidade do cotidiano dos servidores e estudantes do câmpus.

Tabela 13 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (respeito às diferenças).

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional																						
Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição																						
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos									
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	
O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:	57,7%	26,90%	11,50%	0%	0,0%	3,80%	Manter	47,1%	40,0%	7,10%	1,40%	1,40%	2,90%	Manter	22,2%	38,90%	38,90%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	Desenvolver

### 3.2.2.3 Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas:

Observa-se que a inclusão, em seus mais diversos aspectos, apresenta-se como preocupação institucional abordada no PDI. O IFG define como uma de suas metas a elaboração de programas de criação de condições adequadas aos portadores de necessidades educacionais específicas. Em relação às ações voltadas para a inclusão das pessoas com necessidades específicas, o PDI nos traz como meta institucional a implementação do NAPNE em cada campus (p.18). Como ação prioritária prevê a sua consolidação e o estabelecimento de uma agenda de capacitação para a comunidade (p. 26). A reserva de código de vagas para contratação de professor para o Atendimento Educacional Especializado é ação prioritária relacionada à Gestão de Pessoas e a criação de uma política de acompanhamento da vida acadêmica dos discentes em suas diversidades, contemplam a preocupação que o PDI traz em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

Sobre este tópico, a indicação é de “desenvolver”, com 67,5% de respostas positivas. Destaca-se que entre os docentes e técnicos-administrativos o indicador foi de “melhorar”, com porcentagem de ótimo e bom de 42,3% e 50%, respectivamente

Tabela 14 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (inclusão de pessoas).

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional																					
Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição																					
Docente							Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:	23,1 %	19,2 0%	34,6 0%	11, 5%	7,70 %	3,80 %	Melhorar	38,6 0%	42,9 0%	7,1 0%	1,40 %	1,40 %	8,6 0%	Manter	16,7 %	33,3 %	38,9 0%	0,0 %	0,0 %	11, 1%	Melhorar

### **3.2.2.4 O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico**

O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico, e a transferência de tecnologia e conhecimento à comunidade é um dos objetivos da pesquisa no IFG. Observa-se que tal aspecto é contemplado com maior ênfase no âmbito das ações da Pesquisa e Pós-Graduação e possui os seguintes programas de iniciação científica e tecnológica:

I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição, que deve ser ampliado a partir de 2019.

II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), destinado ao estudante dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que tenham ingressado na Instituição pelo sistema de cotas sociais Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado ao estudante dos cursos superiores da Instituição.

III. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), destinado ao estudante dos cursos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

IV. Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), destinado a estudantes dos cursos superiores e de nível médio, interessados em desenvolver atividades de pesquisa sem o recebimento de bolsa.

Observa-se que alguns dos programas que buscam promover a iniciação científica e desenvolvimento tecnológico articulam-se com outras questões relativas à inclusão social, como ações afirmativas e cotas sociais, fortalecendo a responsabilidade social em várias de suas dimensões.

Na pesquisa de autoavaliação institucional 2020, a pergunta referente à percepção da comunidade acadêmica do câmpus Formosa sobre este tema recebeu indicação de “manter”, com 75,4% de avaliações positivas, com destaque especial para o número de respostas “ótimo” e “bom” para os estudantes do câmpus (81,4% de repostas positivas). Percebe-se que o número de iniciativas e parcerias para a abertura de novos laboratórios e centros de pesquisa em tecnologia tem reverberado de maneira positiva no IFG Formosa.

Tabela 15 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico).

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional																					
Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição																					
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG	26,9 0%	30,8 0%	26,9 0%	3,80 %	3,80 %	7,70 %	Desenvolver	31,4 0%	50,0 0%	12,9 0%	1,40 %	1,40 %	2,90 %	Manter	27,8 %	50,0 %	22,2 0%	0,0 %	0,00 %	0,00 %	Manter
O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:	26,9 0%	23,1 0%	30,8 8%	11,5 5%	0%	7,7 %	Melhorar	28,6 6%	54,3 3%	8,6 %	2,9 %	5,7 %	0%	Manter	22,2 2%	33,3 3%	27,8 8 0%	0%	0%	16,7 7%	Desenvolver

### 3.2.3 Sugestões da CPA para o EIXO II: Desenvolvimento Institucional

Neste Eixo a pesquisa de autoavaliação 2020 avaliou que a instituição teve ótimos indicativos no conhecimento da função social do IFG, contudo, deve “Desenvolver” e “Melhorar” nos conhecimentos sobre o PDI, em especial entre os técnicos. O ano de 2019 foi o primeiro de vigência do PDI, e a sua divulgação teria sido ainda mais impulsionada, não fosse o contexto de suspensão das atividades por um longo período no ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19. Apesar disso, mostra que o trabalho de divulgação, por iniciativa da gestão do câmpus e da Comunicação Social do IFG, obteve resultados positivos.

Com relação ao desenvolvimento de ações voltadas para responsabilidade ambiental, a avaliação mostrou a necessidade de melhorar e desenvolver entre os docentes e técnicos, e indicou “Manter” entre os discentes.

Com relação ao respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do Campus, obtivemos um indicativo de manter as ações entre os dois segmentos (docentes e discentes) e melhorar entre o segmento dos Técnicos.

Já na política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG os indicativos demonstraram “Melhorar” entre os docentes e técnicos e “Manter” entre os discentes.

Por fim, os indicativos com relação ao incentivo à promoção de ações de desenvolvimento

científico e tecnológico no IFG , foram “Melhorar” entre os docentes e “Manter” entre os técnicos e discentes.

Cabe agora, ampliar entre a comunidade, o conhecimento efetivo sobre o conteúdo do referido eixo, levando em consideração cada indicador do relatório, a CPA faz as seguintes sugestões:

- *Elaboração de uma versão sucinta no modelo “Cartilha” sobre o PDI, com infográficos e informações visuais, e divulgá-la via e-mails institucionais e redes sociais.*
- *Impulsionar via redes sociais a divulgação de elementos pontuais do PDI que sejam de interesse direto dos estudantes.*
- *Criar uma plataforma interativa de acompanhamento do PDI que, conforme as ações e metas vão sendo realizadas e cumpridas, a plataforma indique a proporção de cumprimento do PDI.*
- *Para melhorar a demanda de maior participação dos servidores técnicos no processo do PDI, que os momentos de diálogo e sugestões aconteçam simultaneamente às reuniões de planejamento pedagógico e alcancem os diferentes departamentos de serviços administrativos.*
- *Criar ações para sensibilizar a comunidade acadêmica a participar dos projetos voltados para a preservação do meio ambiente, assim como divulgá-las, principalmente entre o corpo docente.*
- *Fortalecimento da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e do NAPNE do Câmpus Formosa na busca de melhorias nas condições materiais e de recursos humanos para o atendimento ao público PNE.*
- *Elaboração de uma melhor política de atendimento ao público PNE.*
- *Garantir o alcance das várias metas do PDI que contemplam a pauta inclusiva.*
- *Promover formação e capacitação de servidores para atendimento ao público PNE.*

Sobre a responsabilidade social do IFG, os tópicos acerca do respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG e do incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico foram muito bem avaliados pela comunidade, com sugestão apenas de desenvolver ou manter o trabalho que já vem sendo feito.

### **3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS**

O Eixo “Políticas Acadêmicas” é composto por três dimensões: Dimensão II: “A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”; Dimensão IV: “Comunicação com a sociedade”; e Dimensão IX: “Políticas de atendimento aos estudantes”.

#### **3.3.1 Dimensão II: A política para ensino, pesquisa e extensão**

A Dimensão II corresponde à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos pressupostos da função social e dos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Por este motivo essa dimensão está presente no PPPI do IFG e permeia toda a proposta do PDI 2019-2023. Essa dimensão corresponde a três dos quatro eixos discutidos pelo PDI, sendo muito importante para o questionário de autoavaliação.

Os resultados a respeito da atuação do IFG para promoção da permanência e êxito dos estudantes indicam “Desenvolver”, com 73,7% de avaliações positivas, com destaque para o significativo número de 94,5% dos Servidores Técnicos que responderam “ótimo ou bom” para esta pergunta.

Quanto à percepção sobre o atendimento à comunidade acadêmica prestado pelos diferentes setores do IFG, a indicação foi “Manter”, com 82,5% de respostas positivas, indicando que as ações referentes a essa questão atendem à qualidade esperada e devem ser mantidas.

O atendimento às demandas socioeconômicas da região pelos cursos ofertados no campus Formosa o indicado foi “Desenvolver” com 62,3% de respostas positivas.

No tocante ao conhecimento ou participação em Projetos de Extensão do campus, o item recebeu 52,6% de avaliações positivas, com indicação para “Desenvolver”.

Com relação ao conhecimento ou participação em Projetos de Pesquisa do IFG, a indicação geral é para “Melhorar”, com 49,1% de respostas positivas.

A respeito do conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX), no campus de Formosa, o indicador mostrou que devemos "MELHORAR", com 48,2% da comunidade indicando esta sugestão. Porém, os docentes e discentes mostraram uma melhor avaliação do que os servidores técnicos, com um total de 46,1% e 57,1% de avaliações positivas, respectivamente, enquanto os servidores técnicos esse somatório foi de 16,7%, o que indica "Sanar".

Tabela 16 - Eixo 2, Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição (incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico).

Eixo 3: Políticas Acadêmicas																					
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa e a extensão																					
	Docente							Discente							Técnicos-Administrativos						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A atuação do IFG para promoção da permanência e êxito dos/das estudantes é:	15,4%	53,8%	23,1%	7,7%	0%	0%	Desenvolver	30,0%	40,0%	21,4%	2,9%	1,4%	4,3%	Desenvolver	5,6%	88,9%	0%	5,6%	0%	0%	Manter
Na sua experiência, o atendimento à comunidade acadêmica prestado pelos diferentes setores do IFG é:	26,9%	53,8%	11,5%	3,8%	0,0%	0,0%	Manter	28,6%	51,4%	15,7%	1,4%	0%	2,9%	Manter	50%	44,4%	5,6%	0%	0%	0%	Manter
O atendimento às demandas socioeconômicas da região pelos cursos ofertados pelo seu Campus é:	3,8%	57,7%	19,2%	3,8%	7,7%	7,7%	Desenvolver	22,9%	44,3%	20%	7,1%	1,4%	4,3%	Desenvolver	5,6%	38,9%	33,3%	16,7%	0%	5,6%	Melhorar
O seu conhecimento ou participação em Projetos de Extensão do IFG é:	15,4%	38,5%	34,6%	7,7%	0%	3,8%	Desenvolver	20%	34,3%	22,9%	15,7%	2,9%	4,3%	Desenvolver	5,6%	38,9%	33,3%	16,7%	5,6%	0%	Melhorar
O seu conhecimento ou participação em Projetos de Pesquisa do IFG é:	19,2%	30,8%	34,6%	7,7%	0%	7,7%	Melhorar	25,7%	28,6%	25,7%	12,9%	2,9%	4,3%	Desenvolver	5,6%	22,2%	33,3%	27,8%	5,6%	5,6%	Melhorar
O seu conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) é:	11,5%	39,3%	32%	8,3%	3,5%	5,4%	Melhorar	13,1%	33,6%	25,6%	6,8%	6,3%	14,6%	Desenvolver	6,5%	16,1%	25,8%	45,2%	6,5%	0%	Sanar

### **3.3.2 Dimensão IV: Comunicação com a sociedade**

A questão sobre a comunicação do IFG com a sociedade buscou avaliar a satisfação da comunidade com as ações da Instituição no site, nas divulgações via e-mail e redes sociais oficiais, uma vez que a produção e difusão de informações via internet tem assumido um papel de grande relevância na sociedade contemporânea.

Na primeira pergunta, que busca a opinião dos participantes sobre a comunicação do IFG com a comunidade interna, a indicação geral foi “Desenvolver”.

No caso específico da comunicação por meio do site e das redes sociais, a indicação para docentes foi de "Desenvolver". Entre estudantes e técnicos, por sua vez, a indicação para esta questão foi a de "Manter".

Já na divulgação do IFG que é veiculada pela mídia externa (TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros), docentes e técnicos indicaram que este aspecto deve "Melhorar". Os estudantes indicaram que o aspecto deve "Desenvolver".

A respeito da efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), vale a pena destacar o expressivo número de participantes que responderam “não sei”: 52,40% entre os docentes, 28,90% entre os discentes e 41,70% entre os servidores técnicos do câmpus. Entre os que conhecem o SIC, a indicação foi de “Melhorar” entre docentes e servidores técnicos do câmpus, e de “Desenvolver” entre estudantes.

Em relação à efetividade do serviço da ouvidoria o resultado foi semelhante: “Melhorar” entre professores e técnicos do câmpus, e “Desenvolver” entre estudantes, novamente com índice preocupante de respostas “não sei”: 42,2% para docentes, 21,3% para discentes e 34,2% para servidores técnicos dos câmpus.

Por fim, no que diz respeito ao acesso à informação e ao conteúdo do site do IFG, a indicação dos docentes foi de que o aspecto deve "Desenvolver", diferente do apontamento do relatório anterior que foi de "Manter". Entre estudantes e técnicos, foi apontado que o aspecto deve "Manter".

Tabela 17 - Eixo 3, Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade.

	Eixo 3: Políticas Acadêmicas																				
	Dimensão 4: Comunicação com a sociedade																				
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A comunicação do IFG com a comunidade interna é:	26,9 0%	46,2 0%	19,2 %	3,8 %	3,8 %	0 %	Desenvolver	27,1 0%	52,9 0%	11,4 0%	4,3 %	1,40 %	2,90 %	Manter	38,9 0%	44,4 0%	16,7 0%	-	-	-	Manter
A comunicação do IFG por meio do site e das redes sociais é:	34,6 0%	38,5 0%	15,4 0%	11,5 0%	-	-	Desenvolver	42,9 0%	48,6 0%	4,30 %	1,40 %	1,40 %	1,40 %	Manter	44,4 0%	50,0 0%	5,60 %	-	-	-	Manter
A divulgação do IFG veiculada pela mídia externa (TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros) é:	7,70 %	19,2 0%	15,4 0%	15,4 0%	15,4 0%	26,9 0%	Melhorar	27,1 0%	41,4 0%	11,4 0%	7,10 %	1,40 %	11, 4%	Desenvolver	27,8 0%	16,7 0%	27,8 0%	5,6 0%	16,7 0%	5,60 %	Melhorar
A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG é:	15,4 0 %	19,2 0%	7,80 %	-	-	65,4 0%	Melhorar	20%	52,9 0%	8,6 0%	1,40 %	-	17,1 0%	Desenvolver	11,1 0%	16,7 0%	11,1 0%	-	-	61,1 0%	Melhorar
A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG é:	15,4 0%	23,1 0%	-	-	3,8 0%	57,7 0%	Melhorar	28,6 0%	47,1 0%	10%	2,9 %	-	11,4 0%	Manter	27,8 %	16,7 0 %	5,6 0%	5,60 %	-	44,4 0%	Melhorar
O acesso à informação e ao conteúdo do site do IFG é:	26,9 0%	46,2 0%	19,2 0%	3,80 %	3,80 %	-	Desenvolver	41,4 0%	47,1 0%	7,1 0%	1,40 %	1,40 %	1,4 0 %	Manter	44,4 0%	38,9 0%	16,7 0%	-	-	-	Manter

### 3.3.3 Dimensão IX: Políticas de atendimento aos estudantes

A qualidade do atendimento aos estudantes nos setores institucionais é uma preocupação pertinente majoritariamente ao câmpus, por isso apenas algumas perguntas foram também direcionadas aos participantes da reitoria. Acerca da atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente, para os docentes e técnicos a indicação é “Manter”, com o somatório “Ótimo” e “Bom” representando 81,5% e 77,8%, respectivamente, e para os discentes é “Desenvolver”, com 72,8%.

Já quanto à atuação da Coordenação de Assistência Estudantil, a indicação foi de “Manter”, com 79,8% de avaliações “Ótimo” e “Bom”, com apenas o segmento docente abaixo desse limiar e apresentando a indicação “Desenvolver”, com 69,2%.

A próxima questão, sobre a política de seleção para ingresso aos cursos do IFG, diferentemente dos anos anteriores, foi restringida para levar em consideração apenas até a seleção para 2020, uma vez que para o ano de 2021 a instituição diferenciou a seleção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, optando pelo sorteio em detrimento da prova, por conta das medidas de distanciamento social devido à pandemia do Covid-19. Mesmo que para os estudantes do ensino superior os critérios de seleção tenham se mantido, a pergunta foi construída de forma a evitar equívocos. Assim sendo, entre os estudantes, principais alvos da política de seleção, a indicação é “Manter”, com 82,9% de avaliações positivas. Para as demais categorias a indicação é “Desenvolver”.

A respeito da percepção sobre o conjunto de benefícios oferecidos pela assistência estudantil no IFG, a indicação dos discentes, que são os diretamente interessados na questão, a indicação é positiva para “Manter”, com 76% de respostas ótimo e bom. Para as demais categorias a sugestão é “Desenvolver”..

Encerrando a Dimensão 9, a pergunta sobre o Sistema de Administração Acadêmica (Q-Acadêmico) recebeu entre a comunidade do câmpus a indicação de “Manter” entre os discentes, e de “Desenvolver” entre docentes e técnicos.

Tabela 18 - Eixo 3, Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas																					
Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes																					
	Docente							Discente							Técnicos-Administrativos						
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente é:	30,8%	50,7%	3,8%	0,0%	0,0%	7,7%	Manter	41,40%	31,40%	11,40%	1,4%	2,9%	11,40%	Desenvolver	22,20%	55,60%	16,7%	0,0%	0,0%	5,6%	Manter
A atuação da Coordenação de Assistência Estudantil é:	34,60%	34,60%	7,7%	0,0%	0,0%	23,1%	Desenvolver	42,90%	38,60%	10,0%	0,0%	1,4%	7,1%	Manter	38,90%	50,00%	5,6%	0,0%	0,0%	5,6%	Manter
A política de seleção para ingresso aos cursos do IFG até 2020/1 é:	15,4%	46,20%	19,20%	0,0%	3,8%	15,4%	Desenvolver	25,70%	57,10%	5,7%	4,3%	0,0%	7,1%	Manter	22,20%	44,40%	27,80%	0,0%	0,0%	,60%	Desenvolver
O conjunto de benefícios oferecidos pela assistência estudantil no IFG é:	19,2%	38,5%	19,20%	11,5%	0,0%	11,5%	Desenvolver	34,4%	41,60%	13,60%	3,1%	1,9%	5,3%	Manter	22,2%	61,10%	11,10%	0,0%	0,0%	5,6%	Manter
O Sistema de Administração Acadêmica (Q-Acadêmico) é:	15,4%	42,30%	30,80%	7,7%	3,8%	0,0%	Desenvolver	40,0%	47,10%	7,10%	1,4%	1,4%	2,9%	Manter	16,7%	55,60%	16,70%	0,0%	0,0%	11,1%	Desenvolver

### 3.3.4 Sugestões da CPA para o EIXO III: Políticas Acadêmicas

O Eixo 3 diz respeito a aspectos que estão diretamente ligados à dinâmica do câmpus, apesar de terem perguntas que também são pertinentes à realidade dos servidores das reitorias. Talvez este tenha sido um dos eixos que mais assinalou avaliações problemáticas entre os participantes, especialmente na Dimensão II, relativa às políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os dados apontam que os servidores da reitoria não possuem uma visão otimista a respeito da promoção da permanência e êxito dos estudantes, e também a respeito do atendimento às demandas socioeconômicas da região pelos cursos ofertados pelo IFG. A indicação do segmento é "melhorar" para ambos. Outro ponto que recebeu críticas não só dos servidores técnico-administrativos da reitoria como também dos câmpus foi quanto ao conhecimento e participação em projetos de extensão (indicação de "melhorar" para ambos os grupos) e projetos de pesquisa (indicação de "melhorar" para TAEs dos câmpus e "sanar" para os da reitoria). E, por fim, fechando esta dimensão, os estudantes também se uniram ao grupo que propõe "melhorar" a divulgação dos trabalhos do CONEPEX, sendo que para os TAEs da reitoria a indicação é "sanar", demonstrando que o acompanhamento da comunidade ao trabalho do CONEPEX, assim como já observado na autoavaliação de 2018, continua insuficiente.

Acerca destes pontos, portanto, a CPA sugere que:

- Se crie uma canal em âmbito local, pela gestão dos câmpus, e geral, pela reitoria, para colher sugestões, críticas e contribuições da comunidade, em especial dos TAEs da reitoria, para se pensar o que pode ser feito para melhorar a permanência e êxito dos estudantes, bem como para aprimorar o atendimento às demandas socioeconômicas das regiões pelos câmpus do IFG.
- Que essas sugestões sejam repassadas às devidas comissões para avaliar a possibilidade efetiva de implementação, dando um retorno à comunidade do que for sendo concluído.
- Seja estimulado de forma consistente por parte da gestão administrativa dos câmpus e dos diferentes setores de lotação da reitoria a submissão e participação em projetos de pesquisa e extensão, bem como reforço da divulgação dessas iniciativas.
- Que nos Seminários de Pesquisa haja incentivo e espaço para que os TAEs apresentem relatos de experiência ou iniciativas empreendidas em seus setores de lotação.
- Que o CONEPEX crie um comitê de trabalho junto à Comunicação Social da Reitoria para pensar iniciativas que possam colaborar na divulgação do trabalho desta comissão por meio das redes sociais oficiais do IFG.
- Que seja incluído no calendário dos câmpus e da reitoria de forma geral um momento de apresentação e resumo das ações e trabalhos do CONEPEX no último ano, podendo ser na Semana Pedagógica, nas reuniões administrativas de planejamento, nas semanas de calourada e recepção dos alunos, ou mesmo

durante os Seminários de Pesquisa.

Na Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade, a pesquisa apontou a necessidade de aprimorar a divulgação do IFG na mídia externa (em TV, rádio, internet, jornais), e de melhorar o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) e a Ouvidoria do IFG, serviços estes que muitos dos respondentes afirmaram não saber o suficiente sobre para responder. As mesmas questões apareceram no relatório anterior, sobretudo a estabilização da avaliação de "Melhorar" entre docentes e técnicos no quesito de participação e divulgação nas mídias externas. Os mesmos índices foram apontados em relação a efetividade do serviço da Ouvidoria do IFG. A este respeito a CPA sugere:

- Fortalecimento da divulgação das notícias importantes do IFG em veículos de massa como televisão, rádio, jornais e páginas de redes sociais para além das institucionais
  - Articulação da Direção junto aos Colegiados e Coordenações de curso para que seja desenhada estratégia de participação e divulgação das atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica do IFG nas mídias externas;
  - Ampliação das ações de divulgação nos boletins de e-mail, no site e nas redes sociais sobre a funcionalidade do SIC e da Ouvidoria do IFG;
  - Divulgação do trabalho realizado e dos canais de comunicação da Ouvidoria em semanas de planejamento de docentes e técnicos, garantido transparência nas ações e desafios encontrados pela instância de assessoramento da Reitoria.
- E por fim, na Dimensão 9, a respeito das políticas de atendimento aos estudantes, ressaltamos que as indicações foram positivas, onde destaca-se o bom trabalho que tem sido realizado pelas Coordenações de Assistência Estudantil, de Apoio Pedagógico ao Discente e pelo Centro de Seleção do IFG.

### **3.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO**

O Eixo Políticas de Gestão é subdividido em duas dimensões: Políticas de Pessoal e Organização e Gestão da Instituição. Conforme a Lei do SINAES, a dimensão de Políticas de Pessoal engloba: "as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho" (Art. 3º, V). Sobre a Organização e Gestão da Instituição está colocado:

"especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios" (Art. 3º, VI).

Diante disso e da necessidade de concisão na elaboração do questionário, a pesquisa de autoavaliação buscou avaliar a Política de Pessoal a partir da avaliação das Comissões de Supervisão de Carreira, da percepção das Políticas de Capacitação encampadas pela Instituição e da possibilidade de participação dos diversos segmentos nos Colegiados consultivo do IFG.

### **3.4.1 Dimensão V: Políticas de Pessoal**

O PDI/IFG traz 13 ações a serem implementadas durante sua vigência no que concerne à política de gestão de pessoas (p. 56 e 57). A política de gestão de pessoas do IFG câmpus Formosa apresentou 52,3% de avaliações "bom" e "ótimo", gerando um indicador geral de "Desenvolver". Observa-se que os docentes avaliaram menos positivamente a política de gestão de pessoas desenvolvida no IFG no ano de 2020, com 50% de avaliações "bom" e "ótimo", resultando na indicação de "Melhorar" entre este segmento.

Sobre a política de capacitação dos servidores, o PDI prevê a garantia de ações permanentes para a qualificação e formação de servidores, estabelecendo a meta de 40% dos servidores qualificados ou especializados em diferentes áreas da educação (p.57). A pesquisa de autoavaliação institucional 2020 apontou que tanto os servidores técnico-administrativos quanto os docentes do câmpus Formosa não têm uma percepção tão positiva da política de capacitação. Tivemos entre os docentes a indicação de "Melhorar", com apenas 34,6% de respostas "ótimo" ou "bom". Já entre os servidores técnicos-administrativos esse índice foi próximo, resultando em 38,9% mas também com o mesmo indicador ("Melhorar"), demonstrando que esse item necessita maior atenção.

No que se refere às carreiras, a CPA buscou avaliar a percepção das categorias em relação à atuação das comissões permanentes voltadas para suas respectivas carreiras. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) recebeu avaliação positiva de 61,5% dos docentes. Já no caso da CIS (Comissão Interna de Supervisão da Carreira), o elevado índice de respostas "não sei" levantou preocupação: 38,9% dos técnicos-administrativos do câmpus Formosa responderam essa opção, resultando no indicador "melhorar" (50,0% de respostas "bom" e "ótimo").

Tabela 19 - Eixo 4, Dimensão 5 – Políticas de Pessoal.

Eixo 4: Políticas de Gestão																						
Dimensão 5: Políticas de Pessoal																						
Docente							Discente						Técnicos-Administrativos									
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	
A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:															11,1 %	38,9 0%	0%	5,6 %	5,6 %	38,9 0%	Melhorar	
A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:	11,5 0%	50, 0%	11,5 0%	3,8 %	0,0 %	23,1 %	Desenvolver															
A política de capacitação para os servidores do IFG é:	11,5 0%	23,1 0%	34,6 0%	7,70 %	3,80 %	19,2 %	Melhorar								5,60 %	33,3 0%	50,0 0%	5,6 0%	5,6 0%	0,00 %	Melhorar	
A política de gestão de pessoas no IFG é:	23,1 0%	26,9 0%	26,9 0%	0,0 %	7,70 %	15,4 %	Desenvolver								5,6 0%	50, 0%	27,8 0%	11,1 0%	0,0 %	5,60 %	Desenvolver	

### 3.4.2 Dimensão VI - Organização e Gestão da Instituição:

Na dimensão Organização e Gestão da Instituição, a CPA buscou avaliar a garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG. Conforme o PDI, a Instituição possui os seguintes colegiados e comissões responsáveis pela condução e avaliação dos assuntos acadêmicos que contam com a representação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica: Conselho Superior - CONSUP, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPEX, o Conselho de Câmpus - CONCAMPUS, Conselho Departamental e Núcleo Docente Estruturante - NDE; as Comissões Permanentes: Comissão Permanente de Avaliação - CPA; Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial/CPPIR.

Dentre os objetivos elencados no PDI está: "11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática, a participação e a representação

da comunidade interna." (p. 15). De forma específica, na seção sobre políticas de gestão, estabelece a busca pelo "diálogo permanente com vários segmentos da comunidade interna e sociedade" (p. 145), posicionando-se conforme princípios de autonomia e gestão democrática e compromete-se com a

melhoria da comunicação interna e externa, agilidade, confiabilidade nas decisões e **transparência nas ações administrativas, construindo um modelo de gestão democrática, no qual a comunidade é partícipe, opinando e compartilhando das políticas públicas**, observando sempre que a condição humana seja o objeto central das ações da instituição (IFG, PDI 2019-2023; p. 146).

Ao avaliar a garantia da participação democrática nos colegiados do IFG câmpus Formosa, a comunidade local indicou, em 69,3% das respostas, que o aspecto é "bom" ou "ótimo", devendo ser, portanto, desenvolvido para atingir patamares de excelência. Entre os segmentos docente e estudante, a avaliação deste item foi semelhante. Já entre os técnicos-administrativos a avaliação foi mais positiva, chegando a 83,3% de respostas "ótimo" e "bom", indicando que as medidas adotadas neste período começaram a ser percebidas neste segmento.

*Tabela 20 - Eixo 4, Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição.*

<b>Eixo 4: Políticas de Gestão</b>																					
<b>Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</b>																					
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
Em relação à garantia da representação democrática, a sua percepção sobre as tomadas de decisão dos colegiados do IFG é:	15,4 0%	50, 0%	26,9 0%	3,80 %	0,0 %	3,80 %	Desenvolver	27,1 0%	40, 0%	15,7 0%	2,90 %	2,9 %	11,4 %	Desenvolver	22,2 0%	61,1 %	11,1 0%	0,0 %	5,60 %	0,0 %	Manter

### **3.4.3 Sugestões da CPA para o Eixo IV: Políticas de Gestão**

O eixo 4 trata das políticas de gestão, que incluem as políticas de pessoal, de capacitação docente e dos técnicos administrativos, da organização e gestão da Instituição, do planejamento e da sustentabilidade financeira do IFG.

Tal como na autoavaliação do ano de 2019, mais uma vez em 2020 no eixo Políticas de Gestão os dados apontam a necessidade de solucionar problemas referentes à capacitação de pessoas no IFG. Porém, de forma geral houve uma ligeira melhora. Em 2019 o questionário apontou apenas 22,9% de respostas “ótimo” e “bom” para a política de capacitação de servidores. Já em 2020 esse número subiu para 36,4%, passando o indicador de “sanar” para “melhorar”. Na Dimensão 5 - Política de Pessoal, os técnicos administrativos do câmpus indicaram a necessidade de "melhorar" os problemas referentes à Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) e à política de capacitação dos servidores do IFG, considerando que os dois aspectos não atendem aos requisitos mínimos de qualidade e demandam ações de urgência por parte da gestão. Vale ressaltar que quase 40% dos respondentes do segmento técnico-administrativo afirmou não saber sobre a CIS, informação que por si só já aponta um dos pontos frágeis a serem sanados com urgência.

Sendo assim, levando em consideração o fato de que algumas sugestões que foram levantadas pela CPA de 2019 não puderam ser efetivamente implementadas em 2020 por conta do longo período em que as atividades do IFG ficaram suspensas por conta da pandemia do Covid-19, a CPA retoma algumas das sugestões anteriores, e propõe:

- A criação e ampla divulgação de um calendário semestral de formação continuada dos servidores do Câmpus.
- Realizar levantamentos periódicos a respeito da necessidade de ações de capacitação, não só a partir da pesquisa de opinião entre os servidores, mas a partir do levantamento das melhores práticas dentro do serviço público.

- A criação de espaços onde os servidores possam divulgar suas pesquisas e iniciativas de capacitação, de forma a propiciar a troca de experiência e o estímulo para que mais servidores busquem se capacitar.
- Ampliação da divulgação das competências e responsabilidades da CIS aos servidores.

Em relação à dimensão que trata sobre organização e gestão da instituição, a respeito da garantia da representação democrática, a percepção dos participantes sobre as tomadas de decisão dos colegiados do IFG é positiva, com a indicação para “Desenvolver” as iniciativas e buscar melhorias a partir de ações pontuais. Entre os técnico-administrativos o índice foi ainda melhor, com 83,3% de respostas “ótimo” e “bom”, resultando no indicador “manter”.

### **3.5 EIXO 5: INFRAESTRUTURA**

No processo de auto avaliação de 2020 este eixo não foi considerado a partir do questionário, uma vez que, por conta do contexto de pandemia, a vivência dos servidores e estudantes com a instituição não se deu em espaço físico, e sim virtual. Nesse sentido optou-se por rerepresentar os dados do questionário de 2019, onde a infraestrutura do IFG esteve efetivamente em uso, uma vez que, conforme a Lei 10.861/2004, a avaliação sobre a infraestrutura deve abordar especialmente a infraestrutura de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

O PDI aborda como ação a ser priorizada durante sua vigência a ação 9, que consiste na elaboração de uma política sobre uso e a gestão dos equipamentos/espços acadêmicos. Além disso, anuncia que as estruturas físicas e instalações acadêmicas são objeto de avaliação e redimensionamento conforme a necessidade do Câmpus diagnosticada, dentre outros dispositivos, pela autoavaliação institucional.

### **3.5.1 Dimensão VII: Infraestrutura Física:**

No questionário de autoavaliação 2019 foram avaliados os seguintes aspectos relacionados à infraestrutura física:

#### **3.5.1.1 Acessibilidade física:**

O aspecto acessibilidade física foi avaliado com 71,4% de aprovação, gerando a indicação de "desenvolver". É interessante notar que 80,4% dos estudantes aprovaram a acessibilidade para pessoas com deficiência. Entre os docentes a aprovação é de 63,5%; entre os técnicos administrativos do câmpus, observa-se uma avaliação mais crítica: 47,8% de aprovação para as condições de acessibilidade da instituição.

#### **3.5.1.2 Laboratórios:**

A avaliação de docentes, estudantes e técnicos sobre as condições e os insumos dos laboratórios obteve 40,7% de aprovação, gerando a indicação de "melhorar".

#### **3.5.1.3 Bibliotecas:**

A infraestrutura da biblioteca foi muito bem avaliada e recebeu aprovação de 79,5% dos respondentes, gerando a indicação de "manter".

Os docentes responderam sobre o acervo da biblioteca para sua área de atuação 40,4% responderam "bom" ou "ótimo", gerando a indicação de "melhorar".

#### **3.5.1.4 Salas de aulas:**

O segmento docente avaliou as condições das salas de aula como algo a ser desenvolvido, 53,8% das respostas foram "bom" ou "ótimo". Entre os estudantes a aprovação é de 59,8%, gerando a mesma indicação.

#### **3.5.1.5 Espaços de convivência:**

**Espaços de convivência para os estudantes no IFG são:**

51,1% dos estudantes avaliaram positivamente as áreas de convivência nos Câmpus, gerando a indicação de desenvolver.

**As áreas de convivência para os servidores no IFG são:**

Entre os servidores docentes, 34,6% avaliaram positivamente as áreas de convivência para servidores, gerando a indicação de promoção de ações que visem melhorar tais espaços. Para os técnicos, 88,2% avaliaram como "bom" ou "ótimo", gerando a indicação de "manter".

*Tabela 21 - Eixo 5, Dimensão 7 – Infraestrutura física (dados referentes ao ano de 2019).*

<b>Eixo 4: Políticas de Gestão</b>																					
<b>Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</b>																					
	Docente						Discente						Técnicos-Administrativos								
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicativo
A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:	13,5 0%	50, 0%	36,5 %	-	-	-	Desenvolver	29,9 0%	50,5 0%	14, 0%	1,90 %	2,80 %	0,90 %	Manter	4,3 %	43,5 %	34,8 0%	13%	-	4,30 %	Melhorar
A forma como os laboratórios didáticos, necessários para o seu curso, atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:	-	25%	42,3 0%	21,2 0%	5,80 %	5,80 %	Sanar	10,3 %	37,4 0%	36,4 0%	10,3 0%	3,70 %	1,90 %	Melhorar	-	66,7 0%	33,3 0%	-	-	-	Desenvolver
A infraestrutura da biblioteca do IFG é:	15,4 0%	50, 0%	28,8 0%	3,80 %	1,90 %	0%	Desenvolver	36,4 0%	51,4 0%	10,3 0%	1,90 %	-	-	Manter	-	-	100 %	-	-	-	Sanar
O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:	3,80 %	36,5 0%	40,4 0%	15,4 0%	3,80 %	-	Melhorar														
As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, recursos didáticos, dentro outros) do IFG são:	7,70 %	46,2 0%	36,5 0%	7,70 %	1,90 %	-	Desenvolver	16,8 0%	43, 0%	29,9 0%	5,6 0%	5,6 %	-	Desenvolver							



**Acervo da biblioteca:**

- Adquirir o acervo indicado pelos docentes, oriundos das áreas de atuação profissional;
- Adquirir bibliografia básica e complementar de modo a atender aos componentes curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos de Curso;
- Adequação da bibliografia básica e complementar ao número de estudantes de cada componente curricular dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Incentivar uso de bibliografia por meio eletrônico;
- Ampliar o acervo tendo como critérios os títulos com maior número de reservas, com maior número de sugestões encaminhadas e com maior número de empréstimos.

**Espaços de convivência no Câmpus:**

- Para melhorar as condições de trabalho e do tempo de descanso dos docentes, que seja aprimorado o espaço que já existe;
- Ampliação e melhoria da qualidade dos espaços de convivência dos estudantes.
- Criar espaços de convivência para comunidade acadêmica,

Pensando na realidade do Câmpus Formosa pontuamos que é necessário buscar recursos para finalização (cobertura) da quadra de esportes, construção do restaurante estudantil e de mais um bloco de salas de aula e laboratórios para alocação apropriada ao trabalho docente.

Ressaltamos que no contexto de pandemia, algumas adequações/implementações de infraestrutura física podem ter sido efetuadas, aproveitando a não circulação de pessoas pelos câmpus. Cabe salientar também que com o contingenciamento orçamentário, principalmente o que foi definido para o ano 2021 pode inviabilizar qualquer atuação na infraestrutura física do câmpus, podendo, inclusive, ocorrer o sucateamento desse setor.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA tem dispensado esforços e tem convicção de que os processos de autoavaliação no IFG podem subsidiar a tomada de decisões tanto no campo da gestão administrativa, quanto no campo da gestão acadêmica. Considerando as informações de cada eixo e dimensão de avaliação do Sinaes aqui analisadas, apresentamos reflexões e proposições de melhorias:

- Aprimorar a devolutiva da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica;
- Ampliar a participação de toda comunidade acadêmica na elaboração do planejamento anual do Câmpus;
- Ampliar a divulgação da atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) entre os servidores técnico-administrativos;
- Aprimorar a política de capacitação para os servidores do IFG;
- Melhorar os laboratórios (insumos e equipamentos);
- Restaurante para comunidade acadêmica do Câmpus Formosa;
- Ampliar o acervo das bibliotecas;
- Ampliar os espaços de convivência, de lazer, e arborização (são demandas recorrentes e necessárias para a harmonia das relações humanas e de trabalho);
- Propiciar mecanismos que promovam a saúde mental dos estudantes, saúde do trabalhador, e ações de segurança;
- Ampliar a busca de recursos referentes à política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG;
- Buscar uma ampliação da divulgação do IFG veiculada pela mídia externa (TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros);
- Melhorar a efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e do serviço de Ouvidoria do Câmpus;
- Promover a inserção da comunidade acadêmica em discussões e ações que envolvam e promovam a inclusão e a permanência dos estudantes e a diminuição dos índices de retenção.

Cabe citar também os ótimos índices alcançados no questionário para os seguintes itens no Câmpus Formosa:

- Conhecimento da comunidade interna sobre a função social do IFG;
- Respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do Câmpus;
- Incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG;
- Atendimento à comunidade acadêmica prestado pelos diferentes setores do IFG;

- Comunicação do IFG com a comunidade interna e por meio do site e redes sociais.
- Atuação da Coordenação de Assistência Estudantil.

No âmbito da pesquisa da Autoavaliação um dos avanços foi a ferramenta de coleta dos dados (Plataforma), onde os mesmos são tratados estatisticamente e gerados os gráficos, as porcentagens e as indicações “desenvolver”, “melhorar”, “manter” e “sanar”, para cada questão. No entanto, uma fragilidade que precisa ser superada no instrumento atual é a impossibilidade de restringir a uma resposta por usuário, visto que essa opção obrigaria a identificação do respondente para acessar o questionário. Esta ferramenta trouxe ganhos ao processo de autoavaliação para a CPA, e será aprimorada para as próximas coletas de dados.

Os desafios são muitos, a organização institucional do IFG é complexa e desafiadora. O conhecimento dessa estrutura organizacional por toda a comunidade acadêmica é importante para que a CPA consiga reorganizar suas estratégias e delinear um processo avaliativo mais eficaz. Um processo que retrate com mais fidelidade nossas potencialidades e fragilidades, e que as fragilidades possam ser sanadas.

Esperamos, que este documento, disponibilizado à comunidade acadêmica, nos tragam a reflexão, e as transformações necessárias que nos proporcione o compromisso com a nossa missão institucional.

## 5. REFERÊNCIAS:

- BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências
- BRASIL, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- CONSUP/IFGn°006,de31demarçode2014.RegulamentodaComissãoPropriedadeAvaliação– CPA.2014.Disponívelem:<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao172015.pdf>
- IFG-Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016; 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>
- IFG.Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.2017; Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/138-tecnologia-da-informacao/4034-pda>
- IFG. Minuta do Plano de Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos-ensino?showall=&start=4>
- IFG- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Ano Referência 2017), 2018.
- IFSC- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.
- INEP/DAES/CONAES Nota Técnica nº 65/2014.Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: [http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014\\_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf](http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf)
- MECPortariaNormativan°40de12/12/2007.Institui- MEC,sistemaeletrônicodefluxode trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolidação de disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.